

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**O ESTADO E O MUNDO NO PROCESSO DE
INDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL (1930 – 1951)**

THIERRE MOULIN DA COSTA
Matrícula nº: 104133416

ORIENTADOR: Prof. Daniel de Pinho Barreiros

AGOSTO 2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**O ESTADO E O MUNDO NO PROCESSO DE
INDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL (1930 – 1951)**

THIERRE MOULIN DA COSTA
Matrícula nº: 104133416

ORIENTADOR: Prof. Daniel de Pinho Barreiros

AGOSTO 2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**O ESTADO E O MUNDO NO PROCESSO DE
INDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL (1930 – 1951)**

THIERRE MOULIN DA COSTA
Matrícula nº: 104133416

Monografia apresentada à Universidade Federal do Rio de Janeiro, para o curso de Ciências Econômicas, como um dos requisitos para obtenção de título de Bacharel.

AGOSTO 2010

RESUMO

O processo de industrialização no Brasil é tema para vasta abordagem entre os historiadores econômicos. No decorrente trabalho, será analisado como ocorreu a evolução desse processo durante os anos de 1930 a 1951.

É possível observar que durante esses anos, a economia brasileira apresentou um crescimento significativo, apesar de atravessar momentos de instabilidade na economia mundial.

Após a Crise Mundial de 1930, o governo passou a interferir diretamente na economia nacional, e principalmente, no setor industrial. Aproveitando-se do cenário econômico mundial, a indústria brasileira passou por um processo de desenvolvimento e diversificação que teve grande importância para consolidação desse crescimento nos anos subsequentes.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	07
CAPÍTULO I – O INÍCIO DO <i>BOOM</i> INDUSTRIAL NO BRASIL (1930 – 1939).....	08
I.1. Abordagem teórica sobre a industrialização brasileira.....	08
I.2. Os efeitos da crise de 1929.....	10
I.3. O papel das políticas cambial e fiscal na promoção industrial.....	12
CAPÍTULO II – A ECONOMIA BRASILEIRA DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1939 – 1945)	16
II.1. O novo panorama econômico mundial.....	16
II.2. A gestão econômica brasileira no período da guerra.....	20
II.3. Impacto da Segunda Guerra Mundial no setor industrial brasileiro.....	24
CAPÍTULO III – A ECONOMIA BRASILEIRA NO PERÍODO DO PÓS-GUERRA: O GOVERNO DUTRA (1946 – 1951).....	29
III.1. Participação governamental na condução econômica brasileira.....	29
III.2. Conseqüências da política governamental para a indústria nacional.....	35
CONCLUSÃO.....	39
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	41

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 2.1: Taxas anuais de crescimento da produção industrial, 1939-45.....	23
Tabela 2.2: Taxas globais de crescimento (em %).....	26
Tabela 3.1: Disponibilidades cambiais – Posição em 31 de Dezembro; 1945-1952 (em US Milhões).....	32

INTRODUÇÃO

O presente trabalho monográfico de pesquisa busca formular uma análise, seguindo uma linha histórica, das políticas econômicas aplicadas no Brasil durante o período da Grande Depressão em 1929 até o término do governo de Eurico Gaspar Dutra em 1951, e a sua influência no setor industrial no país.

No decurso deste trabalho monográfico, será mostrado como o Brasil sofreu as influências da Crise Econômica Mundial de 1930 e da Segunda Guerra Mundial sob sua economia, assim como tal contexto histórico propiciou a participação norte-americana no planejamento econômico e cambial adotado pelos governos dessa época.

Dessa forma, será verificado o posicionamento de dois governantes em períodos distintos de desenvolvimento econômico e industrial, com destaque aos recursos e divisas acumuladas pelo governo Vargas durante o período de guerra; e a conseguinte política econômica frustrada do Governo Dutra.

Especificamente, procurar-se-á salientar a análise das medidas adotadas no Governo Dutra, assim como o cenário econômico mundial do período, e como essas variáveis deterioraram fatores favoráveis para economia brasileira adquiridos até o término da Segunda Guerra Mundial.

I - O INÍCIO DO *BOOM* INDUSTRIAL NO BRASIL (1930 – 1939)

Para entender o processo de industrialização brasileiro faz-se necessário também, compreender as principais teorias que procuram explicar a aceleração do desenvolvimento do país durante a primeira metade do século XX, tema principal deste trabalho. Dessa forma, os objetivos desse primeiro capítulo do trabalho são apresentar o conteúdo teórico que sustenta parte da discussão acerca do tema acima apresentado, além de expor a situação econômica mundial do período pré-guerra (década de 1930), bem como a forma com que o governo brasileiro reagiu a esse cenário.

I.1. Abordagem teórica sobre a industrialização brasileira

A industrialização do Brasil, seguindo a vertente de autores como Furtado, é fruto de eventos externos que interferiram diretamente na economia do país, tendo como marcos a crise mundial da década de 1930 e as duas Guerras Mundiais que abalaram o mundo e reestruturaram a ordem econômica e social em nível global.

A teoria dos “choques adversos” defende que o crescimento da produção foi o fator indicativo do crescimento industrial, considerando que condicionantes externos (como a Primeira Guerra Mundial e a Grande Depressão) provocaram uma alteração de demanda interna para os setores que substituíssem as importações, como impulso ao processo de industrialização, assim descrito por Luiz Carlos Bresser Pereira:

“(…) a indústria surgiu no Brasil como uma resposta às dificuldades de importar produtos industriais em determinados períodos. Como exemplo, poderíamos citar a Primeira Guerra Mundial e a Grande Depressão dos anos 30. Nestes momentos, em que se diminuía o valor das exportações, grava-se um protecionismo, que aumentava a rentabilidade da indústria. Assim, passava-se a produzir internamente, com vistas a suprir a falta de importações.”
(PEREIRA, 1977:156-157)

Pode-se ainda citar Buescu para ressaltar a importância dos acontecimentos historicamente relevantes à industrialização do Brasil, como a Grande Depressão de 1930, que segundo ele, impulsionou o desenvolvimento industrial brasileiro na época, em um cenário no qual a desvalorização monetária, a queda das importações e o aumento dos níveis de preços das exportações aceleravam esse processo:

“A teoria tradicional do desenvolvimento econômico do Brasil foi a industrialização sob o impacto dos ‘ choques adversos’, isto é, a expansão industrial como efeito de uma conjuntura externa desfavorável – as duas Guerras Mundiais e a Grande Depressão dos anos 30 – que teriam atuado como uma proteção espontânea e compulsória para a indústria nacional.” (BUESCU, 1976: 71)

Seguindo a lógica da teoria apresentada anteriormente, Furtado e Tavares consideram a Grande Depressão como um acontecimento crucial para o desenvolvimento industrial no Brasil, pois a partir da crise do setor cafeeiro ocorrida no início da década de 1930, notou-se o aumento do investimento industrial e o aumento da sua importância para o crescimento econômico do país. Para Tavares, a “perda do dinamismo do setor exportador, a partir da grande depressão, deu lugar a um esforço de reorientação da atividade econômica consubstanciado em grande parte na substituição de importações por produção nacional...” (TAVARES, 1973:67).

Outra teoria, salutar ao progresso da pesquisa, é a da industrialização induzida por exportações, que tem como base a visão de que o setor exportador tem influência positiva sobre o desenvolvimento da indústria, através do aumento da renda interna gerado pelo setor, o que provocaria maior demanda por manufaturados. O foco no investimento e na capacidade produtiva como indicativo, como saldo positivo entre a exportação e a indústria, é elucidado por Pereira:

“(…) a indústria apareceu nos momentos de expansão da economia cafeeira. (...) nestes momentos ocorria expansão da renda e do mercado consumidor, através do aumento da massa salarial, bem como aumentava a oferta de divisas necessárias à importação de equipamentos industriais para investimentos”. (PEREIRA, 1977: 156-157)

A importância do nível de exportações para economia brasileira, caracterizada pela visão de indução à industrialização, está presente nas idéias de Dean ao retratar todos os problemas ocasionados ao comércio e a indústria local durante a crise do café no início dos anos 30, gerando considerável queda do nível de exportação do produto. (DEAN, 1971: 93-94).

Conclui-se neste trabalho, que as tendências enunciadas pelas duas formulações teóricas apresentadas anteriormente são possíveis de serem verificadas empiricamente, de modo que seria errôneo desconsiderarmos uma em prol de outra. Sendo assim, na

continuidade do primeiro capítulo desse trabalho buscar-se-á apresentar de que forma essas teorias se aplicam durante o período que antecedeu a Segunda Guerra Mundial e que foi determinante para o desenvolvimento industrial do Brasil ocorrido nesse período.

I.2. Os efeitos da crise de 1929

A quebra (*crash*) da Bolsa de Valores de Nova York em outubro de 1929, teve seus efeitos sentidos por anos, afetando todo o planeta. No Brasil os efeitos negativos da crise iniciada em Nova York influenciavam fortemente a exportação de café no país, tendo o ápice da crise com o início da queima do estoque de café que se acumulava no porto de Santos, a mando do governo Vargas, pois não havia demanda para a exportação do principal produto brasileiro; o produto era responsável na época por 70% do total de exportações no país, e, com efeito, a formação de estoques era a tentativa de uma política para amenizar os danosos efeitos da crise.

A queda na produção de café provocada pela crise gerou no Brasil um forte desequilíbrio da balança comercial, pois o Brasil tinha suas exportações baseadas no café e outros produtos agrícolas não essenciais, sendo rapidamente desvalorizados pelo mercado exterior, reduzindo a demanda externa e aumentando o déficit do país. Com a falta de fluxo de capital externo no Brasil, a moeda nacional encontrava-se em franca desvalorização, fazendo com que se buscasse a maior emissão de moeda para conter a crise, resultando em altos índices de inflação.

No último ano do primeiro governo Vargas – 1945 - a economia era marcada pela inflação, principalmente em função do elevado preço do café e da política de aumento do salário mínimo. Além disso, o nível de desemprego avassalador tomou conta do país, em especial da região de São Paulo, já que a maior parte da produção cafeeira do país se concentrava naquele ponto, e todos os elos da cadeia de produção de café foram diretamente afetados pela crise.

Na tentativa de conter a crise e manter um nível equilibrado de reservas, o governo Vargas aumentou a rigidez do câmbio no país e passou a comprar o excedente de café durante quase toda a década de 1930. Segundo Celso Furtado, nesse cenário de crise, as indagações básicas da problemática se resumem em:

“a) Que mais convinha, colher o café ou deixá-lo apodrecer nos arbustos, abandonando parte das plantações como uma fábrica cujas portas se fecham durante a crise?

b) Caso se decidisse colher o café, que destino deveria dar-se ao mesmo? Forçar o mercado mundial, retê-lo em estoques ou destruí-lo?

c) Caso se decidisse estocar ou destruir o produto, como financiar a operação? Isto é, sobre que recairia a carga caso fosse colhido o café?”(FURTADO, 1969:196)

A crise desestabilizou a economia cafeeira, mas mesmo assim, o governo tentava manter a política de compra do excedente, amplamente criticada pela política liberalista. Contudo, tal política de retenção e destruição desta produção agrícola adotada com o objetivo claro de proteger os cafeicultores, garantindo preços mínimos para a compra, estava mantendo o nível de emprego no país. Por outro lado, essa mesma política enfraquecia o valor da moeda brasileira, pois não havia divisas suficientes criadas pelas exportações e as importações permaneciam acima destas, sendo frustrada pelo controle estatal para estabelecer o equilíbrio, assim citado por Furtado:

“A correção desse desequilíbrio externo se fazia, evidente, à custa da forte baixa no poder aquisitivo externo da moeda. Essa baixa se traduzia numa elevação dos preços dos artigos importados, o que automaticamente comprimia o coeficiente de importações”
(FURTADO, 1969:206)

O Brasil, apesar de ter sofrido alterações significativas no tocante da sua economia durante o período de crise, teve uma recuperação dos seus níveis de atividade relativamente rápida. Apesar de apresentar estagnação por toda a década de 30 no que diz respeito à renda real *per capita*, observou-se um crescimento industrial já a partir de 1932, compensando a crise no setor cafeeiro e da agricultura como um todo. (VILLELA e SUZIGAN, 1973:188)

Durante toda a década de 1930, ficou evidenciada a dependência da economia brasileira em relação aos resultados do setor cafeeiro, já que esse era o produto com os maiores níveis de exportação na época. Toda a dificuldade encontrada nesse período foi um alerta a real necessidade de diversificação do portfólio econômico do país, já que o mercado do café não se apresentava como uma solução viável naquele momento. Embora, a economia do país estivesse quase que em sua totalidade baseada na produção agrícola em princípio, sendo caracterizada como uma economia tipicamente agro-

exportadora, o governo passa a buscar meios naquela época de subsidiar e incentivar o processo industrial no Brasil, conforme observa-se na seqüência do presente trabalho.

I.3. O papel das políticas cambial e fiscal na promoção industrial

Durante a década de 1930, os principais fatores de promoção da indústria no Brasil eram as políticas fiscais e cambiais, pois como já visto anteriormente, a industrialização do país se iniciou enquanto ainda se sentia os efeitos de uma crise econômica mundial, quando houve um grande prejuízo nas exportações.

No processo de recuperação dos efeitos da crise mundial sofrida pela economia brasileira durante a década de 30, fica claro que não ocorreu um planejamento econômico estruturado, mas sim medidas estatais soltas, conforme se apresentavam os problemas e agravos da crise, cabendo portanto, a citação de Octavio Ianni:

“Nos anos de 1930 a 1945, o governo brasileiro, sob Getúlio Vargas, adotou uma série de medidas econômicas e realizou inovações institucionais que assinalaram, de modo bastante claro, uma fase nova nas relações entre o Estado e o sistema político-econômico. Todavia, as medidas econômico-financeiras adotadas, as reformas político-administrativas realizadas e a própria reestruturação do aparelho estatal, não foram o resultado de um plano preestabelecido. E, muito menos, foi o resultado de um estudo objetivo e sistemático das reais condições preexistentes.” (IANNI, 1971:14-15)

A política cambial adotada no início do Governo Provisório, logo foi substituída por um modelo mais restritivo na década de 30, tendo sido declarados a moratória e o repasse do monopólio do controle cambial ao Banco do Brasil. Não havia possibilidade de quitar a dívida externa, desta forma, tal pagamento foi ajustado de forma gradual, durante três anos. Contudo, tal ação governamental foi paliativa, adiando o pagamento de uma crescente dívida e aumentando o passivo externo do país. Esse forte controle cambial seguiu até meados da década, sendo de suma importância para evitar uma grande desvalorização e redução da receita cambial gerada pelo café em razão da queda dos preços.

Com o aumento tarifário sobre as importações, a medida protecionista do governo visava o equilíbrio da balança comercial que se encontrava instável devido às altas taxas de câmbio, promovendo assim, o governo, uma reforma tarifária, em 1934, com finalidade específica de ação em períodos de desvalorização cambial, direcionado

ao mercado externo. Aumentando o valor das importações, o governo reduz as tarifas direcionadas à indústria nacional, sendo o fomento para a ampliação das mesmas e da recuperação da economia iniciada em 1933, como nos mostra Furtado:

“É, portanto, perfeitamente claro que a recuperação da economia brasileira, que se manifesta a partir de 1933, não se deve a nenhum fator externo e sim à política de fomento seguida inconscientemente no país e que era um subproduto da defesa dos interesses cafeeiros.” (FURTADO, 1969:203-204).

No fim da década de 1930, com a estruturação do Estado Novo em 1937, deu-se seguimento as características econômicas esboçadas no início da década, incluindo a manutenção dos regimes de controle cambial e importação, a fim de viabilizar a promoção do desenvolvimento econômico do país (principalmente do setor industrial) e reequilibrar sua balança comercial, observado nas palavras de Ianni:

“Em suma, boa parte da política econômica governamental dos anos de 1930-45 refletia principalmente os interesses de grupos econômicos e políticos, bem como de reformular a dependência estrutural que caracterizava o subsistema econômico brasileiro na época.” (IANNI, 1971:33).

O aumento das importações em 1937, fez com que o as divisas brasileiras se esgotassem, forçando o governo a restabelecer o monopólio cambial para o Banco do Brasil, como já fora feito no início da década, tornando o controle cambial e de importação os principais instrumentos do Estado para controlar a política comercial do país, tal como afirma Marcelo de Paiva Abreu:

“A despeito das dificuldades relativas ao balanço de pagamentos, a economia continuou a crescer 6,5% ao ano entre 1934 e 1937. O encarecimento das importações permitiu a utilização de capacidade ociosa na indústria enquanto a continuada adoção de políticas fiscais, cafeeira e monetária e creditícia expansionista permitiu a sustentação da demanda. A política fiscal do governo gerou déficits na execução das contas públicas maiores do que planejados nas propostas orçamentárias.” (ABREU, 1990:85).

Outrossim, o protecionismo e o incentivo a indústria eram os principais instrumentos de política fiscal adotados pelo governo, que tinham como foco a tarifa alfandegária. Mesmo o Brasil sendo um país exportador de produtos agrários, se viu a necessidade de adotar uma manipulação sobre as tarifas de importações, tendo como

objetivo principal o equilíbrio das contas do governo, em vista do aumento da taxa de câmbio, desestabilizando as receitas. Podemos observar essa preocupação em Furtado:

“Ora, conforme já observamos, ao manter-se a renda monetária em nível relativamente elevado enquanto baixava bruscamente a capacidade para importar, foi necessário que subissem fortemente os preços relativos dos artigos importados para que se restabelecesse o equilíbrio entre a procura e oferta de cambiais para pagar importações” (FURTADO, 1969:212)

Os subsídios também foram forma de incentivo ao desenvolvimento industrial promovido pelo Estado durante os anos 30, englobando-se isenções e concessão de empréstimos, tendo como grandes beneficiárias as indústrias de cimento e aço. Tal tendência foi apresentada em caráter crescente no período do pós-guerra, consolidando-se durante os anos da década de 1930.

A desvalorização da moeda brasileira em decorrência da crise, aumentava os custos das importações, representando estímulo ao setor industrial nacional, voltando especialmente a bens de capital, como podemos destacar em Furtado:

“O crescimento da procura de bens de capital, reflexo da expansão da produção para o mercado interno, e a forte elevação dos preços de importação desses bens, acarretada pela depreciação cambial, criaram condições propícias à instalação no país de uma indústria de bens de capital.” (FURTADO, 1969:09)

A utilização do controle cambial e da política fiscal para o estímulo e direcionamento de investimentos para a indústria, a partir da segunda metade da década de 1930, acarretou no encarecimento das importações, estabelecendo uma política protecionista às indústrias nacionais (modelo de substituição de importações), sendo tais medidas essenciais para a retomada da atividade no país após a crise iniciada em 1929. Desta forma, pode-se considerar que a Grande Depressão acelerou também o processo de desenvolvimento industrial (ainda que tardio) no país, conforme pensamento teórico adotado na visão dos “choques adversos”. De acordo com a visão de Tavares, essa expansão da produção industrial interna do Brasil “só foi em grande parte possível, graças ao aproveitamento mais intenso da capacidade produtiva instalada que permitiu substituir uma série de bens de consumo leves antes importados”. Capacidade essa, que estava ociosa em um primeiro momento, anterior à crise do café. (TAVARES, 1973:70)

Fica evidente ao longo desse primeiro capítulo do presente trabalho que se fez necessária uma reorientação da política econômica do Brasil após a Grande Depressão. Entretanto, Mendonça consegue retratar as diferentes análises existentes sobre a atuação do Estado na economia durante esse período. Uma corrente teórica destaca o lado conservador do Estado, que em tempos de crise mundial optou por manter seu equilíbrio orçamentário, adotando políticas claramente restritivas, o que retardou o processo de industrialização do país. Em outra análise teórica, ela destaca as medidas adotadas pelo Estado para enfrentar a crise mundial (com relativo sucesso), obtendo a manutenção do nível de emprego e da atividade econômica, além do equilíbrio de suas contas. A autora resume a intervenção estatal na economia da seguinte forma:

“Embora a ação econômica do Estado no pós-30 possa ser vista como ainda comprometida com setores tradicionais da economia e sem uma orientação claramente industrialista, o conjunto das medidas por ele adotadas para atenuar os efeitos da crise ultrapassaria os limites da mera defesa dos interesses de velhos grupos dominantes. A idéia da industrialização como alternativa para o desenvolvimento econômico ganharia destaque no pensamento e na política do governo da época.[...] Tratava-se, em suma, de introduzir um novo modelo de acumular, qualitativa e quantitativamente distinto, que se baseasse numa realização interna crescente da produção.” (MENDONÇA, 1986:24-25)

Dessa forma, verifica-se uma tendência cíclica entre a expansão do investimento e a expansão de crescimento industrial no Brasil durante a década de 1930. Visto tais considerações, percebe-se que o governo estava diretamente relacionado a esta expansão, pois tal movimento estava conectado diretamente às políticas aplicadas na época. Sendo assim, as políticas cambiais de valorização do mil-réis influenciavam diretamente o movimento de exportações e a produção interna, de modo que, enquanto o primeiro aumentava, o segundo diminuía, mantendo a dinâmica cíclica citada.

II – A ECONOMIA BRASILEIRA DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1939 – 1945)

Com a iminência da Segunda Guerra Mundial, a política internacional brasileira teve de sofrer alterações, pois houve um enfraquecimento de suas relações com a Alemanha e com os Britânicos, seus principais parceiros. Por outro lado, o estreitamento das relações com os Estados Unidos da América, uma grande potência econômica e política na época, foi o fato de maior influência na economia brasileira durante esse período, determinando novas tendências ao cenário econômico brasileiro.

II.1. O novo panorama econômico mundial

Com o início do período de guerra os países latino-americanos sofreram limitações de comércio em decorrência do bloqueio aos países europeus, o que dificultou a manutenção de suas relações comerciais com esses países. No caso do Brasil, alguns dos países que detinham forte participação nas exportações e importações do país como a Grã-Bretanha e a Alemanha (e estavam diretamente envolvidos no conflito), voltaram sua economia para uma estratégia de batalha, provocando um enfraquecimento das relações comerciais brasileiras com seus principais parceiros econômicos até então.

A estrutura comercial do Brasil em relação aos EUA e Alemanha foi totalmente modificada a partir do bloqueio inglês, pois não havia como a Inglaterra suprir o recuo alemão na América Latina. Com a lacuna deixada pela Alemanha, os EUA ocuparam tal posição comercial, sendo um grande passo para a vitória na disputa pelo mercado americano. A política norte-americana objetivava integrar o continente, subordinando seus aliados através da já vista cooperação econômica nos moldes dos ideais pan-americanos.

Alguns aspectos acabaram auxiliando o Brasil no comércio exterior durante a Segunda Guerra, como a grande distância das Américas em relação ao conflito e a disponibilidade de contar com algumas linhas comerciais seguras, fazendo assim que a demanda por produtos brasileiros se mantivesse estabilizada dentro dos limites de transporte. Isso pode ser observado com o aumento significativo do comércio brasileiro com os países americanos: as importações para o continente passaram de 41,1% do valor total em 1938 para 75,5 em 1941 e as importações de 41% para 83,3% nas

respectivas datas. A tranqüila adaptação do país ao novo cenário do comércio internacional foi facilitada pelo equilíbrio no balanço de pagamentos no país e pela estabilidade do câmbio no período de guerra, fortalecendo a posição política e econômica do Brasil (retomada do pagamento dos atrasados comerciais). (BUESCU, 1976:20)

Para concretizar o sentido de unidade nos países latino-americanos, os Estados Unidos buscaram uma ação de penetração cultural e ideológica, sendo perceptíveis na época os inúmeros incentivos ao intercâmbio cultural, econômico e científico. Aplicando a política da “boa vizinhança”, os EUA se mostravam contra o intervencionismo e defendiam o princípio da solidariedade, reforçando o conceito de pan-americanismo, buscando impregnar às culturas latino-americanas com sua ideologia, fortalecendo o respeito à soberania e defendendo-se das forças inimigas, conforme citado por Gerson Moura:

“O pan-americanismo responde, por tanto, não apenas às necessidades econômicas, como aos objetivos estratégicos dos Estados Unidos. Desse ponto de vista, era absolutamente essencial assegurar a colaboração política e se possível o alinhamento mais completo das nações latino-americanas à liderança norte-americana.” (MOURA, 1980:59)

O auxílio prestado pelos norte-americanos para a industrialização do Brasil, visava tão somente a utilização do país como aliado em um fortalecimento da economia norte-americana no período pós-guerra. Fica claro que não houve por parte dos EUA quaisquer ações que promovessem a estabilidade política, econômica e militar no Brasil, causando apenas uma extrema dependência econômica do Brasil em relação aos EUA. Pode-se observar esse ideal norte-americano em Moura :

“Desse modo, considerações ideológicas se subordinavam às conveniências políticas do sistema de poder nascente, e a derrubada de democracias parlamentares se tornava menos importante do que a recusa em colaborar politicamente com os Estados Unidos. A lógica do sistema se impunha à conjuntura política norte-americana; esta visava em primeiro lugar a ampliar o raio de ação do sistema de poder sob sua liderança.” (MOURA, 1980:50)

Entretanto, Ianni visualizava esse novo cenário de estreitamento de relações entre Brasil e Estados Unidos como um momento promissor para o crescimento econômico do Brasil, com uma nova perspectiva de desenvolvimento industrial e

realinhamento dos modos produtivos, que veio a proporcionar o desenvolvimento da legislação trabalhista e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Segundo Ianni:

“Além dessa expansão industrial, as exigências da economia de guerra das ‘nações aliadas’ (incluindo-se aí o Brasil e os Estados Unidos) criaram novos estímulos à produção e exportação de produtos minerais e extrativos. Em consequência, nos anos 1939-45 acentuou-se ainda mais a expansão das atividades produtivas no País. Aliás, durante todo o período 1930-45 houve uma expansão real das forças produtivas no Brasil. Esse foi o contexto econômico em que se desenvolveu legislação trabalhista e a política operária governamental.” (IANNI, 1977:41)

De fato, é correto afirmar que na conjuntura internacional, o acordo de cooperação pan-americana enfraqueceu os países latino-americanos, que se tornaram altamente dependentes das políticas econômicas norte-americanas, estreitando essa dependência ao estabelecer o padrão de troca de produtos primários por manufaturados, cerceando a autonomia dos países da América do Sul.

O governo Vargas, a fim de obter o maior número de vantagens possíveis com a situação, procurou manter a neutralidade quanto ao posicionamento na guerra inicialmente. Os EUA se comprometeram com o envio de armamento as forças militares brasileiras e investimentos na indústria siderúrgica, exigindo em troca comprometimento comercial do Brasil e a presença de tropas norte-americanas no território nacional. Com a entrada efetiva dos EUA na Guerra, no mês de dezembro de 1941, foi declarado o rompimento deste país com o Eixo, sendo exigida a mesma atitude por parte dos países americanos. O Brasil, sob as rédeas do governo Vargas, que vislumbrava a possibilidade do crescimento das indústrias siderúrgicas e o armamento do exército nacional, posicionou-se favoravelmente à colaboração pan-americana e junto aos EUA, sendo o rompimento de relações com o Eixo um acontecimento inevitável.

Com o rompimento do Brasil com o Eixo em janeiro de 1942, o país estreitou relações políticas com o governo dos EUA, que à época resolvera ingressar de fato na Guerra, após os ataques a *Pearl Harbour*. Tal conjuntura, propiciou o governo norte-americano a financiar a siderúrgica de Volta Redonda, autorizando o empréstimo no montante de US\$ 20 milhões por parte do *Export-Import Bank*. (BUESCU, 1976:23-24)

Pode-se dizer que o investimento norte-americano para a construção da siderúrgica de Volta Redonda, sendo a primeira linha de produção estimulada economicamente por capital norte-americano, foi fruto da estratégia aplicada por Vargas, que pressionou os EUA a efetivarem os investimentos prometidos durante a guerra no momento em que o apoio brasileiro era considerado essencial para as pretensões norte-americanas, conforme observamos em Moura:

“Vargas pressionou portanto, no momento adequado, quando os EUA pediam colaboração hemisférica no plano estratégico. A colaboração fora até então unidirecional, isto é, significava colaboração do Brasil com os EUA, mas não contemplava a colaboração dos EUA com o Brasil, nos termos em que o governo brasileiro entendia colaboração (...). Em setembro assinaram-se os acordos de financiamento e nos dois anos seguintes o governo de Roosevelt facilitou a produção e o transporte do equipamento necessário à instalação da planta siderúrgica de Volta Redonda.” (MOURA, 1980:54)

Sendo o compromisso dos países pan-americanos com os EUA baseado apenas no fornecimento de matérias-primas e na manutenção da ordem continental, pode-se dizer que o envio da Força Expedicionária Brasileira (FEB) com 23.334 soldados, fora resultado de um processo político interno, com o envio de contingente aliado, sendo o maior impacto da FEB obtido, não nos campos de batalha, mas sim no Brasil, simbolizando o patriotismo e orgulho nacional – ideal esse, defendido por Vargas em seus discursos de cunho nacionalista.

Ao passar da guerra, quando a vitória dos Aliados se tornou iminente, as políticas norte-americanas não se mostravam tão flexíveis como nos primeiros anos da Segunda Guerra Mundial. Com receio de perder a influência adquirida nos países latinos, Washington passou a defender após 1943 uma política mais liberal, do que a ditadura vigente à época, o que viria de encontro aos interesses norte-americanos. Faz referência ao período o autor Marcelo Abreu, na seguinte citação:

“Começaram a tomar corpo tendências no governo norte-americano, no sentido de apoiar uma solução liberal no Brasil que removesse as contradições entre o regime político autoritário e a política externa pró-aliada. Uma sucessão liberal, além disso, envolveria, provavelmente, a adoção de políticas econômicas mais alinhadas com os desideratos norte-americanos.” (ABREU, 1990:103)

Apesar dessa preocupação em manter as relações com seus respectivos aliados econômicos, era visível que a prioridade dos Estados Unidos e dos países europeus no pós-guerra estava realmente dedicada à reconstrução deles próprios, e não a possíveis investimentos na América Latina.

II.2. A gestão econômica brasileira no período da guerra

Durante a Segunda Guerra Mundial o Brasil adotou uma política monetária expansionista (iniciada em 1941) com o objetivo de ampliar a liquidez nos diversos setores da economia, aumentando a emissão de papel moeda em cerca de 252,7%, ampliando os meios de pagamento em 269,3%, mantendo o otimismo diversos segmentos da economia.

Com a adoção dessas tais políticas, a partir de 1942 a indústria no Brasil começa a demonstrar números de crescimento relevantes, com acúmulo de reservas cambiais e com a entrada de capital privado norte-americano. Ao final de 1940, as reservas em Libras do Brasil eram nulas, e já somavam 2 milhões de libras em 1941, 15 milhões ao final de 1942, 35 milhões de libras em 1943 e 40 milhões de libras em meados de 1945; em decorrência do grande volume de compras britânicas no Brasil. (ABREU, 1990:97)

A fim de garantir o processo de estabilização do nível industrial, houve um aumento do fornecimento de crédito ao setor privado, sendo claro o objetivo do governo de manter a economia nos mesmos níveis anteriores à Guerra e controlar a inflação, que conseqüentemente viria com a expansão monetária, escassez de produtos e estabilização cambial.

Com os grandes exportadores mundiais diretamente envolvidos na Guerra, o Brasil expandiu suas exportações, vendo nesta oportunidade, facilidade de encontrar mercados consumidores, ampliar e diversificar o portfólio de produtos comercializados e manufaturados. Na contramão desta expansão, verificava-se a queda das compras brasileiras, não sendo maior, pela capacidade de produção norte-americana, mas dificultada pelo transporte marítimo afetado pela Guerra, comercializando apenas produtos tidos como essenciais.

Com a ocorrência da Guerra, houve perdas de mercados na Europa Central e Ocidental, que foram ocupadas pelo Eixo, o que não compensou o aumento das

exportações pelos países Aliados e neutros, resultando na queda da balança comercial brasileira, em uma época de negociações de dívida externa e ampliação de acordos financeiros. Contudo, apenas em 1941 o saldo da balança comercial no Brasil foi recuperado através de acordos financeiros com os EUA e o aumento da demanda de produtos brasileiros antes abastecidos pelos Ingleses e Norte-Americanos.

As mudanças no balanço de pagamentos no Brasil tiveram como efeito o superávit acumulado entre 1930 e 1945, que chegava à US\$ 1.193,5, superando os déficits, consolidando uma situação de melhoria nas reservas internacionais do país e fortalecendo sua posição no panorama mundial, sendo mais uma consequência, a redução da dívida externa. Tal saldo positivo, obtido pelo aumento no valor das exportações, possibilitou que durante os anos da Segunda Guerra fosse mantida a taxa de câmbio estável, apesar da inflação, uma vez que o aumento dos preços internos consequentemente refletiria em uma desvalorização cambial. (BUESCU, 1976: 36)

Os fatores que em suma propiciaram esse crescimento nas receitas referentes ao comércio exterior, foram o aumento da demanda pelos produtos brasileiros, o crescimento do preço dos produtos e a maior produção de manufaturados. A balança comercial apresentava-se da seguinte forma: enquanto os volumes das exportações acusaram uma queda em 1942 de 32,4% comparados aos níveis de 1938, houve um aumento os preços de 100,5% no mesmo período, o que propiciou o aumento dos valores de exportação e a manutenção de renda e emprego no país. Já em relação às importações o panorama foi o mesmo, com elevação nos preços dos produtos, entretanto as proporções dos aumentos foram menores. (BUESCU, 1976: 33-35)

O comércio exterior no Brasil tinha como característica a dependência de receitas em relação a pouca mercadoria e a concentração das relações comerciais apenas com um pequeno grupo de países, o que tornava a atividade exportadora do país altamente vulnerável, mesmo não tendo grande expressão como mercado exportador na época, sendo o Brasil, não dependente apenas do capital exterior para estimular o processo industrial, mas também para abastecer e estabilizar o nível de renda interna.

As exportações brasileiras evoluíram no período da Guerra, iniciando com uma forte redução até 1942, seguido de alguns anos de estagnação que compreenderam o período de 1942 e 1944, recuperando-se em 1945 devido aos aumentos dos preços das

vendas, alterações da pauta de exportação e distribuição. Mostrando o poder de adaptação da indústria brasileira às necessidades da pauta de produtos no mercado mundial, aumentou significativamente a exportação de produtos manufaturados no período de guerra, saindo de uma representação de 0,4% do valor total das vendas em 1938 para 18,2% em 1945, evidenciando a oportunidade de desenvolvimento da indústria nacional criada durante esses anos.

As grandes dificuldades em exportar para Ásia e Europa durante o conflito refletiram negativamente nas exportações brasileiras, dificultando a aquisição de novos fornecedores, além de contribuir para a queda do nível de troca que durou até 1942. Apesar desse contexto, os EUA e a Inglaterra firmaram acordos comerciais com o Brasil para suprir suas necessidades em relação aos produtos importados e muitos materiais essenciais à Guerra. Sendo no âmbito dos acordos comerciais, destacado o assinado com os EUA, objetivando a compra de produtos brasileiros com preços e quantidades pré-estabelecidas. Esses acordos firmados aumentaram consideravelmente o valor das exportações do país destinadas aos EUA, de Cr\$ 3.422 milhões em 1942, Cr\$ 4.420 milhões em 1943 e Cr\$ 5.693 milhões em 1944, superando assim, a metade do valor total de exportações do país. (BUESCU, 1976:31)

Naquela conjuntura era normal que os Estados Unidos assumissem a liderança das compras, pela sua posição privilegiada e por suas próprias necessidades de abastecimento. No auge da crise, em 1942, as vendas para os Estados Unidos somavam Cr\$ 3.422 milhões, comparáveis aos Cr\$ 1.749 milhões em 1938, ou seja, um aumento nominal de 95,7% (o aumento real foi apenas ligeiramente menor). Esses números caracterizam a contribuição do Brasil para o abastecimento do seu principal aliado e parceiro continental, mas também esclarecem a oportunidade que o Brasil teve de manter bastante elevada a sua receita de exportação e, portanto, o nível de uma parcela de sua renda.

Furtado (1969) entende que, apesar da melhora dos níveis de exportações brasileiras durante o período da guerra, não se pode considerar tal avanço como um desenvolvimento elevado e consistente do setor como um todo, já que ficou evidenciado que apenas parte do setor exportador conseguiu atingir resultados consideráveis durante esses anos, como as indústrias de algodão e pneumáticos. Pode-se observar isso já em 1942-1943, quando o portfólio das exportações começa a voltar ao seu padrão anterior à

guerra, com a retomada da importância do café e algodão como os principais produtos do comércio exterior brasileiro e a redução das vendas dos produtos direcionados para a guerra, como a borracha, as carnes, o cristal de rocha.

A tabela 2.1 abaixo retrata a evolução média (em percentual) do crescimento dos principais setores da indústria brasileira durante os anos da Segunda Guerra Mundial, ratificando o resultado considerável alcançado no período, apesar das dificuldades encontradas.

Tabela 2.1: Brasil – Taxas Anuais de Crescimento da Produção Industrial, 1939-

45

	1939-1945 (%)
Indústrias Extrativas	3,7
Indústrias de Transformação	5,2
Minerais não-metálicos	14,1
Metalúrgica	9,1
Material de transporte	-11,0
Papel	4,1
Borracha	30,0
Couros e peles	-2,5
Óleos e graxas vegetais	6,7
Têxtil	6,2
Calçados	7,8
Produtos alimentares	0,9
Bebidas e fumo	7,6
Editorial e gráfica	2,3
Construção civil	4,8
Energia elétrica	7,4
Total:	5,4

(Fonte: Villela e Suzigan, 1973:230)

As exportações de produtos industrializados subiram de 16,1 mil toneladas em 1939 para 65,9 mil toneladas em 1943 e o valor teve um aumento de US\$ 2,5 milhões para US\$ 91,9 milhões no mesmo período. Com base nesses dados pode-se observar que a exportação apareceu como ótima alternativa para a indústria na época, mas esse aumento na demanda por produtos brasileiros foi feito em sacrifício do mercado interno. Esse redirecionamento provindo da guerra reordenou a distribuição de renda no país a

favor dos industriais e exportadores, à custa dos consumidores internos, ou seja, sem equilibrar o mercado.

Na análise de Buescu, a indústria brasileira deixou passar ótima oportunidade de crescimento por se preocupar apenas em evitar as tragédias que o período bélico poderia trazer para economia se esforçando para manter o nível de atividade que o país apresentava até então. Segundo ele, não se soube aproveitar as possibilidades que apareceram por esses anos, retratando que ao invés de se investir os lucros em equipamentos e tecnologia, os industriais aplicaram-nos em operações especulativas ou em inversões imobiliárias. Sendo assim, o autor expõe:

“A indústria algodoeira tornou-se, durante a guerra, extremamente lucrativa por unidade de produção...Outros países sul-americanos, cujas fontes habituais de produtos têxteis haviam sido cortadas, garantiram seu abastecimento no Brasil...Estes fatores favoráveis, juntamente com os baixos salários pagos aos operários e os preços de venda extremamente altos propiciaram tais lucros aos empresários que eles não viam nenhuma razão em expandir suas indústrias, nem em melhorar suas técnicas...A prosperidade da indústria, como um todo, não foi transferida para a massa dos consumidores.” (BUESCU, 1976:92)

Pode-se concluir que o processo de substituição de importações e o incentivo (protecionismo) dado a indústria brasileira ficou limitado à sua capacidade ociosa pela falta de equipamentos e matérias de qualidade e pela dificuldade de importação dos mesmos na época, ocasionando um processo instável e que não agregou grandes conquistas a indústria nacional, tendo em vista o aumento das importações logo após o período de guerra. Na verdade, a indústria brasileira conquistou novas oportunidades de venda durante certo tempo (inclusive exportação) e a obtenção de lucros suplementares, que poderiam servir mais tarde para uma verdadeira expansão industrial.

II.3. Impacto da Segunda Guerra Mundial no setor industrial brasileiro

A atividade industrial no Brasil, que teve início no século XX com indústrias de bens de consumo não duráveis, sofreu um impulso rumo ao desenvolvimento durante a década de 1930, com a ascensão do governo Vargas, entretanto sem abandonar suas raízes de economia agro-exportadora, apesar da forte crise enfrentada no setor, tendo sua economia fundada em uma acumulação primitiva, assim descrita por Francisco de Oliveira:

“Nas condições concretas da expansão do capitalismo no Brasil, o crescimento industrial teve que se produzir sobre uma base de acumulação capitalista razoavelmente pobre, já que a agricultura fundava-se, em sua maior parte, sobre uma acumulação primitiva.” (OLIVEIRA, 1972:55)

O grande desenvolvimento da atividade agrícola, nos áureos tempos do café, gerou condições necessárias de acumulação de capital para a criação e desenvolvimento industrial. A equação, dificuldade para exportar, mais, necessidade de manutenção da atividade industrial em período de Guerra, resultou no impulso às indústrias de base no país. Sendo também denominadas indústrias de bens de capital, dando suporte as demais, como consequência nos anos que se seguiram, houve a implantação de siderúrgicas, petroquímicas e mecânicas. Neste período pós-guerra, surgem grandes estatais como a CSN, Petrobras e Vale do Rio Doce, como descreve Buescu:

“As únicas posições favoráveis durante a guerra encontram-se na borracha (exportação estratégica), nos têxteis (exportações) e com os minerais não metálicos (independentes da importação). Contudo os setores beneficiados pela guerra, graças à exportação, não mantiveram suas posições,: em 1940 as indústrias têxtil, alimentar, de bebidas e de fumo perfaziam 57,2% do produto industrial; em 1950 haviam caído para 49,9%. Quanto à indústria metalúrgica, a mais alta taxa de expansão reflete o grande momento que foi o início da produção em Volta Redonda.” (BUESCU, 1976:120)

O autor relata que a indústria já havia mostrado algum progresso logo após a Grande Depressão com certa expansão do nível de suas atividades, provenientes da maior importação de bens de capital. Entretanto o crescimento industrial durante a década de 1930 e nos anos da Segunda Guerra foi considerado fraco, também por ter enfrentado diversos problemas como a falta de tecnologia e pessoal qualificado, dificuldade de transporte, falta de combustível e redução de fornecimento de matérias-primas, que ao final do período resultou em um crescimento industrial em taxa média de 5,4%. (BUESCU, 1976: 75)

Apesar do crescimento industrial aquém do esperado durante o período da guerra, é inegável que houve uma alteração significativa no portfólio produtivo no Brasil. Alguns setores com produtos que antes eram pouco explorados passaram a ter uma representação maior no percentual industrial brasileiro. Além disso, a pluralidade dos mercados obtidos com o aumento da demanda externa ampliou a diversificação do comércio externo do país em relação aos anos anteriores à guerra.

Como já visto anteriormente, apenas alguns ramos da indústria obtiveram benefícios com o cenário econômico apresentado durante a guerra. A tabela 2.2 retrata a taxa de crescimento industrial dos principais setores da indústria brasileira na época da Segunda Guerra e no período anterior ao conflito. É possível observar que a guerra provocou uma queda na taxa de crescimento de diversos setores da indústria brasileira em relação ao desempenho apresentado durante a década de 1930.

Tabela 2.2: Taxas globais de crescimento (%)

	<u>1933 / 1939</u>	<u>1939 / 1945</u>
Indústria	89,4	37,1
Indústria de transformação	89,9	35,6
Metalurgia	204,8	68,6
Têxtil	88,5	43,5
Alimentar	11,9	5,5
Minerais não-metálicos	196,6	121,0
Papel e papelão	225,9	27,0
Couros e peles	17,3	15,0
Química e farmacêutica	82,3	-
Prod. De perfumaria, sabão e velas	140,4	-
Vestuário, calçados, artefatos de tecidos	75,3	57,0
Bebidas	62,4	55,0
Fumo	35,9	-
Borracha	-	392,0

(Fonte: Buescu, 1976:75)

A indústria siderúrgica é destaque, principalmente aquela instalada na era Vargas com forte incentivo do capital externo como já demonstrado, a Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda, que foi o grande fruto dos acordos econômicos firmados entre Brasil e EUA em meio a Segunda Guerra. Contudo, sua instalação não propiciou a independência industrial brasileira, necessitando do capital e tecnologia norte -americana para manter seu funcionamento, indo de acordo aos objetivos dos EUA, como observado na citação de Moura:

“Pela primeira vez a cooperação econômica do governo americano estimulava uma nova linha de produção na América Latina e não apenas o comércio complementar. A experiência ainda assim foi cercada de cuidados para impedir que esse projeto não fortalecesse os setores que no Brasil pudessem opor-se à influência dos EUA no hemisfério: os recursos seriam liberados gradativamente e para aquisição de maquinaria somente nos EUA (...).” (MOURA, 1980:154-155)

Se faz importante, neste momento, levantar uma consideração sobre o “arranco” brasileiro ou o *take-off* de Rostow, que para autores como Buescu, ocorreu dentre os anos de 1940 à 1950. Em síntese, esta teoria de Rostow afirma que em um determinado momento histórico ocorre um fato de tamanha relevância em determinada economia que a impulsiona em direção ao crescimento sustentado, não se tratando de uma mudança radical, e sim de um processo longo e contínuo de mutação. Sendo assim, é coerente afirmar, que a industrialização brasileira, teve seu “arranco” com a instalação da siderúrgica de Volta Redonda, em consonância ao posicionamento de Buescu, que diz:

“O episódio fundamental da criação de Volta Redonda define o complexo de condicionamentos: nacionalismo, idéia de defesa e auto-suficiência, conjuntura bélica forçando decisão dos parceiros políticos, atuação decidida do governo e do empresariado, obtenção de créditos estrangeiros e possibilidade de importação de equipamentos. Volta Redonda começou a funcionar em 1946 – uma data que coincide com o que, segundo vários critérios analisados, considero o período do arranco, ou seja, o momento em que parece ter-se definido o ponto final de uma longa evolução, ponto de partida para novos rumos.” (BUESCU, 1976:65)

De fato, não se pode deixar de citar a importância do financiamento público para a implantação dessas indústrias e a aplicação em infra-estrutura básica (ainda que não totalmente eficazes) de estradas e portos para escoamento da produção. Foi possível observar o aumento dos investimentos em infra-estrutura no Brasil, já que as

dificuldades de transporte ainda se apresentavam como um fator preponderante para o comércio até então.

Relevante salientar, ainda que não tenha sido abordado o tema em profundidade, a indústria automobilística no país, estando concentrada principalmente em São Paulo, foi fruto de incentivos governamentais ao investimento estrangeiro destas indústrias no Brasil a partir de 1956. Assim, temos como marco na década de 1950, empresas transnacionais, motivadas pelos incentivos fiscais, dentre outras vantagens, montaram no país indústrias subsidiárias de bens duráveis controlando àquelas produtoras de não-duráveis.

Alguns fatos observados durante a Segunda Guerra comprovam a pouca influência do evento em questão para a explosão industrial sugerida por alguns autores. Dentro dessa linha, pode-se citar o retardo do aumento do processo produtivo pela falta de equipamentos e máquinas, cuja importação foi dificultada pela guerra; mostra-se também que nenhuma grande indústria formada após esse período recebeu influência benéfica do período de batalha. A grande exceção desse contexto foi a indústria siderúrgica que contou com o apoio do investimento norte-americano para iniciar a construção da usina de Volta Redonda, marco do início da industrialização no país.

III – A ECONOMIA BRASILEIRA NO PERÍODO DO PÓS-GUERRA: O GOVERNO DUTRA (1946 – 1951)

Torna-se necessário entender o contexto político-social ao qual o Brasil estava inserido logo após o final da Segunda Guerra Mundial, a fim de contextualizar o cenário e as tendências apresentadas para a adoção das diretrizes econômicas seguidas pelo governo Dutra durante os anos subsequentes.

Ao final da guerra, o Brasil continuou a enfrentar uma turbulência política com o início do processo de industrialização e o fortalecimento de correntes antiditatoriais, contrárias ao governo de Getúlio Vargas, que tinham por ideologia a defesa da redemocratização do país e fim da ditadura do Estado Novo, promessa essa, que já havia sido feita pelo próprio presidente. Em frente à intensificação de movimentos democrático-nacionalistas, como a organização de partidos políticos – PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e PSD (Partido Social Democrático), Vargas viu-se obrigado a ceder às pressões pelo fim da ditadura militar.

Com a queda de Vargas em outubro de 1945, a presidência passou a ser ocupada interinamente por José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal. Em janeiro de 1946, Eurico Gaspar Dutra, candidato apoiado pela coligação PTB-PSD, assumiu o comando do governo brasileiro após vencer a eleição presidencial por ampla maioria dos votos. O governo Dutra não foi marcado apenas pela promulgação da nova Constituição Federal em 1946, mas também pelas inúmeras greves e protestos sindicais, o que motivou a intervenção federal nesse contexto.

III.1 – Participação governamental na condução econômica brasileira

Nas décadas de 1940 e 1950, a sociedade brasileira atravessou um momento de intensas transformações marcadas pelo início do processo de industrialização e pela redemocratização no pós-guerra. Um dos principais pilares de discussão política era em relação à intervenção estatal na economia, com diversas correntes de pensadores defendendo o ideal liberal e outras favoráveis a atuação direta do Estado. Suas ideologias divergentes, mostravam claramente as controvérsias econômicas e políticas que emergiam no país pós-guerra, gerando-se duas frentes: desenvolvimentistas contra liberais.

A motivação gerada com as reservas de divisas adquiridas com as oportunidades geradas durante a Segunda Guerra Mundial fez com que o governo Dutra vivenciasse duas fases distintas no que tange sua política cambial. Na primeira fase, que compreende os dois primeiros anos de governo (1946 e 1947), não foram estabelecidas quaisquer restrições às importações para o mercado brasileiro. Essa total liberdade para importar, gerou uma saída do capital estrangeiro sem nenhuma restrição do país, consumindo praticamente todas as reservas de divisas acumuladas durante a Segunda Guerra.

Já a segunda fase da gestão cambial no governo Dutra (entre os anos de 1947 a 1950) foi dada a partir do desequilíbrio do balanço de pagamentos do Brasil, forçando o governo a estabelecer um racionamento de divisas, via estabelecimento de uma “licença prévia” para importação, dando preferência às importações de maquinário, combustíveis e matérias-primas, essenciais ao funcionamento industrial. O Sistema de “Licenças Prévias”, implementado em junho de 1947 instituía o controle cambial e também de importações, tendo neste sistema, o Banco do Brasil como responsável por disponibilizar as divisas de acordo com as prioridades estabelecidas. Não houve, contudo, o rigor exigido para esse sistema de controle, e o resultado almejado não foi alcançado, em vista que, com a desvalorização das moedas européias em 1949, o mercado de exportação brasileiro se tornou pouco competitivo. O relatório da Cexim de 1951, reconhece que apesar de não haver menção explícita no texto legal quanto ao protecionismo da indústria, é fato que tal licença restringiu apenas a importação de produtos similares aos produzidos pela indústria nacional:

“No conjunto do período (1946-50), todavia, a política cambial do governo não correspondeu às possibilidades que se havia delineado com o surto de prosperidade dos anos da guerra. A forma pela qual o poder público foi levado a abster-se de interferir nos assuntos cambiais significou uma modificação substancial na relação entre o Estado e a Economia. A política econômica mudara de direção e substância.” (IANNI, 1971:87)

A política econômica do Governo Dutra é caracterizada por Abreu (1990) como basicamente ortodoxa, pelo menos até 1949, pois a mesma tinha como principal alvo o controle da inflação, que se apresentava em 15% já em 1945. As ferramentas utilizadas no combate do excesso de demanda no mercado brasileiro foram uma política monetária

contracionista e uma rígida política fiscal, a fim de reequilibrar as contas orçamentárias do próprio governo.

Já no tocante do comércio exterior, a liberação de importações no Brasil em 1946 era justificada não somente pelo intuito de defender uma postura liberal, mas também por outros fatores correlatos, como a necessidade de equipar e modernizar a indústria nacional, visando diminuir a escassez interna. Com a crise cambial em 1947, foi necessário, como visto, a instauração do regime de “licenças prévias”, com face à também evitar a desvalorização cambial e o impacto inflacionário que tivera início naquele ano.

O câmbio brasileiro já se encontrava sobrevalorizado em 1946, objetivando atender a demanda reprimida por matérias-primas e bens de capital para reequipar a indústria desgastada durante a guerra, forçar a queda dos preços industriais com o aumento da oferta de produtos estrangeiros e estimular o ingresso de capitais e liberalizar sua saída como atração de recursos. O governo via na sobrevalorização do câmbio um meio para escapar dos problemas, como o aumento indesejado da inflação doméstica e desequilíbrio no balanço de pagamentos, que se prenunciavam.

No início da administração do governo Dutra o país tinha registrado um saldo de reservas cambiais de 700 milhões de dólares. Logo de início, foi possível observar que a nova política aplicada pelo governo Dutra propunha o câmbio único e livre com a intenção de propiciar a entrada de capital estrangeiro no país. Atrelado a essa diretriz, o governo propunha além da reforma cambial, reformas estruturais, bancária, agrária e tributária com objetivo de estimular a economia do país.

“Em 1948, estavam registrados no Banco do Brasil a título de capitais estrangeiros, 12 bilhões e 960 milhões de cruzeiros. Mas, neste total, 6 bilhões e 730 milhões constituíam moeda nacional, acumuladas no Brasil por conta de lucros que excediam a percentagem legalmente transferível e que foram indevidamente incorporados ao capital por força do Regulamento.” (IANNI, 1971:89)

A adoção de uma política externa que pregava o estreitamento da aliança comercial com os Estados Unidos associada a um modelo de livre exportação, impulsionou o esgotamento das reservas brasileiras, já que o baixo percentual de moeda realmente conversível, considerado o valor líquido real do país (apenas US\$ 100

milhões ao final de 1946), foi utilizado nas trocas comerciais com países de moeda forte, como os próprios norte-americanos. Ainda em 1946, a metade das reservas, consideradas estratégicas, estava em ouro, e a outra metade, em torno de US\$ 235 milhões, estava em libras esterlinas bloqueadas, o que dificultava o processo de trocas comerciais pelo Brasil. Podemos perceber essa evolução conforme a tabela abaixo:

Tabela 3.1: Disponibilidades cambiais – Posição em 31 de Dezembro; 1945-1952; US Milhões.

Anos	Moedas conversíveis	Moedas compensadas	Moedas bloqueadas	Operações em cruzeiros	Total em moedas	Ouro no País e no exterior	Total
1945	-	-	-	-	269	365	634
1946	92	-	273	-	365	365	730
1947	33	105	216	-	354	379	700
1948	62	109	154	21	346	342	688
1949	121	43	128	45	337	342	679
1950	128	36	70	16	250	342	592
1951	-30	6	11	15	2	342	344
1952	-24	-111	0	90	-45	342	297

(Fonte: Abreu, 1990:109)

Faz-se importante neste momento uma pequena análise sobre as gestões de dois Ministros da Fazenda. O primeiro é Correa e Castro, que ocupou o cargo entre 1946 a 1949. Sua política se baseou na contenção dos gastos públicos e na redução de emissão de moeda, sendo resultado desta primeira época um PIB positivo em 2,4% e a Inflação pelo Deflator Implícito do Produto em 9%; em 1948, devido à pressão pelo crescimento de crédito para o setor industrial, os dados se mostraram da seguinte forma: PIB em 9,7% e Inflação em 5,9%. Já o ministro Guilherme Silveira (de 1949 a 1951), teve a sua política marcada pela passagem de uma economia contracionista, para uma de maior flexibilidade nas metas fiscais e monetárias, sendo que em 1949 tal política levou ao aumento da inflação para 8,1% e em 1950 de 9,2%, índices estes, motivados pelo crescimento industrial no período obtido através de financiamento do Banco do Brasil.

No que tange a política econômica do Brasil na segunda metade da década de 40, é importante observar que não foi possível atingir uma estabilidade na atuação governamental, tanto no que diz respeito ao protecionismo e intervenção estatal, quanto à liberalidade na condução econômica. Primeiramente, o Ministro da Fazenda Correia e Castro, procurava pressionar mais a política de crédito, baseado na política contracionista até então adotada pelo governo. Em um segundo momento, fora nomeado o novo ministro Manuel Guilherme da Silveira Filho, até então presidente do Banco do Brasil, a fim de reverter o quadro da política econômica adotada:

“Finalmente, é preciso observar que esses investimentos em substituição de importações foram possíveis, também, graças à política de crédito do Banco do Brasil. O crédito real à indústria cresceu 38%, 19%, 28% e 5% nos anos de 1947, 1948, 1949 e 1950, respectivamente.” (ABREU, 1990:116)

O fracasso da política cambial defendida por Dutra ficou evidenciado com a alteração das políticas econômicas do governo já em 1947 para um novo regime de maior controle, pois as divisas em dólares reversíveis já tinham sido quase que completamente gastas, somando-se o fato de que, de forma geral, foram utilizadas para compra de produtos supérfluos. Tal situação coibiu ainda mais o crescimento industrial brasileiro, cerceando sua autonomia e impossibilitando a busca por uma industrialização que focasse o real crescimento do país.

A política econômica do governo Dutra foi pautada no plano SALTE (letras iniciais de Saúde, Alimentação, Transporte e Energia), com objetivo de solucionar os problemas da precária infra-estrutura e dar subsídios básicos aos principais setores sociais e econômicos brasileiros. Vale destacar que o plano pregava o incentivo à pesquisa, refino e distribuição de petróleo, além do ideal liberal em relação a não intervenção do Estado e a ação do capital estrangeiro, o que ocasionou no aumento da inflação e da dívida externa do Brasil, além do esgotando das reservas cambiais já existentes.

O Plano SALTE era considerado ideologicamente perfeito, entretanto também era taxado como utópico demais. Não foram levados em consideração para elaboração do plano alguns fatores externos, como por exemplo, a variação cambial, que certamente, poderia interferir no resultado esperado. Outro ponto a destacar foi o papel meramente suplementar dado ao Estado, fato gerado pela maioria liberal presente na

base parlamentar na época. Assim, não houve garantias de financiamento claramente definidas, conforme programado, o que forçou o governo a abandonar tal plano em 1951, sem terem alcançado os objetivos pretendidos, como explica Ianni:

“É necessário lembrar aqui que o Plano SALTE foi adotado por um governo que estava comprometido, desde a sua constituição com diretrizes liberais. Também a base parlamentar do governo, no Congresso Nacional, onde se discutiu o Plano, era predominantemente liberal. Essa é a razão por que o Plano não correspondeu a uma reformulação das relações entre o Estado e a Economia, para reforçar as funções do poder público. Ao contrário, o governo preocupou-se em desempenhar apenas tarefas supletivas, relativamente ao comportamento espontâneo do setor privado, nacional e estrangeiro.” (IANNI, 1971:93)

Com a defesa da ideologia liberal e democrática, o Estado dispunha diretrizes à economia brasileira, sem influência direta no desdobramento destas, e com isso, a política aplicável à época veio de encontro aos interesses das empresas privadas e principalmente às estrangeiras, possibilitando uma omissão estatal com finalidade bem definida, como dispõe Ianni:

“O compromisso fundamental com a ‘livre iniciativa’, e contra a modalidade anterior de intervencionismo estatal na economia, aparece em quase todas as principais atuações e diretrizes do Governo Dutra. Dizemos intencionalmente ‘modalidade anterior de intervencionismo estatal’ porque nos anos de 1946-50 o poder público continuou a desempenhar papéis decisivos na economia do país. Ocorre que a direção dessa atividade se havia alterado, alterando-se, em consequência, também os instrumentos e os conteúdos ideológicos. Mesmo a omissão do poder público, quando houve, ela pode ter sido uma omissão deliberada, com sentido.” (IANNI, 1971:84)

É válido o registro de que durante o período de 1948 a 1950, o aumento do produto interno bruto (PIB) foi em torno de 8% ao ano apesar dos problemas encontrados. Contudo, esse número se deve de fato a concentração dos grandes pólos industriais localizados no Sudeste do país, caracterizando assim, o aumento do nível de desigualdade regional no Brasil, inviabilizando um crescimento industrial consistente na indústria brasileira.

No ponto de vista teórico, pode-se considerar que o governo Dutra não foi de fato liberal, mas sim caracterizado apenas uma tentativa frustrada da aplicação dessa política, sendo impedido pelas dificuldades apresentadas pelo novo panorama econômico mundial pós-guerra, e internacionalmente pelas divergências burocráticas.

Por outro lado, pôde-se observar a continuidade do bom resultado no crescimento industrial na segunda metade da década de 40, tendo um crescimento de renda em cerca de 6%, sendo um resultado das políticas industriais desenvolvidas entre 1930 e 1945 conhecidas como industrialização espontânea.

III.2 – Conseqüências da política governamental para a indústria nacional

Vale aqui destacar em um primeiro momento que no período pós-guerra, apenas os Estados Unidos tinham totais condições de abastecer o mundo inteiro com os bens de consumo e equipamentos que eram necessários naquele momento, já que sua economia fora a mais beneficiada com o conflito que ocorrera. Nesse momento, teve início um processo de internacionalização das indústrias norte-americanas em economias avançadas e periféricas, descaracterizando o auxílio a indústria nacional brasileira que havia sido prometido em tempos de batalha.

Tornando-se ilusório o auxílio norte-americano no desenvolvimento econômico e industrial brasileiro no pós-guerra, já que aquele país mostrava claramente que seus investimentos estariam voltados para a reconstrução da Europa, viu-se a necessidade, não só no Brasil, mas em toda América Latina que tais países voltassem a ser atrativos ao capital estrangeiro. Um dos momentos mais importantes dessa nova política, se deu em 1948, com o relatório da Comissão Técnica Mista Brasil - Estados Unidos, conhecida como missão Abbink. Esse relatório propunha a reorientação dos capitais internos, o aumento da produtividade da indústria nacional e o afluxo de capital estrangeiro para o Brasil. Sobre este último fator, ficou registrado uma sobrevalorização cambial, acompanhado por uma saída de capital bem maior do que a entrada. Ianni descreve a Missão Abbink da seguinte forma:

“Em síntese, os estudos, recomendações e projetos elaborados pela Missão Abbink não se destinavam a formar um plano. Destinavam-se a fornecer subsídios para as políticas governamentais do Brasil e dos Estados Unidos, bem como para orientação do setor privado desses mesmos países” (IANNI, 1971:98)

É consenso entre autores como Abreu, Furtado e Buescu, já citados no presente trabalho, que durante os anos que atravessaram o Governo Dutra, a indústria brasileira manteve-se em processo de desenvolvimento. Após a Segunda Guerra Mundial, o Brasil apresentava-se com uma vasta amplitude em seu comércio exterior, promovendo seus

níveis de exportação aos melhores resultados até aquele momento, alcançando um aumento de 233,4% em relação aos valores atingidos em 1938. (BUESCU, 1976:147)

Entretanto, Buescu ressalva ainda que foram perdidas algumas oportunidades de ampliar ainda mais o mercado de alguns produtos nacionais imediatamente após a guerra, já que o cenário internacional voltada a ter uma característica semelhante em relação ao momento anterior do conflito. A carne bovina, por exemplo, que teve montante de 94 mil toneladas exportadas em 1940, apresentou redução para 17 mil toneladas em 1947, assim como a borracha, que registrou 21, 15 e 3 mil toneladas exportadas em 1944, 1947 e 1949, respectivamente. Em contra partida, alguns produtos que tiveram baixo desempenho de venda durante a guerra retomaram seus índices normais após a batalha, como por o algodão, o fumo e o arroz.

Já Abreu, trata a implementação do sistema de controle de importações (aplicado em 1947) como um fator relevante para a continuidade do crescimento industrial no período pós 1945, pois segundo ele, a otimização da moeda estrangeira disponível possibilitou a promoção do desenvolvimento industrial por substituição de importações.

Outrossim, é importante considerar nessa conjuntura que a indústria brasileira estava aquecida pelo crescimento dos anos anteriores, e porém, o Governo Dutra era fortemente influenciado a tomar medidas que visassem conter o desequilíbrio externo, como a postura tomada em 1947, todavia, indiretamente, esta medida deu continuidade ao processo de crescimento industrial, sendo própria a citação de Abreu:

“Embora o sistema de controle das importações tenha sido instituído em meados de 1947, com o intuito exclusivo de fazer frente ao desequilíbrio externo, procurando racionar e dar melhor uso à moeda estrangeira disponível, terminou por ter grande importância para o crescimento da indústria no pós-guerra.” (ABREU, 1990:114)

Esse protecionismo à indústria nacional, bloqueando importações consideradas desnecessárias ou com similares nacionais, estimulou às indústrias a produção de substitutos para esses bens de consumo (principalmente os duráveis), beneficiando-as através de proteção cambial com baixo custo de operação e pela reserva de mercado. A capacidade de importação e as relações de troca foram ampliadas após a guerra sem que isso fosse consequência do próprio conflito, apenas aproveitando-se das necessidades de reconstrução dos países nesse período.

A manutenção do preço da moeda estrangeira auxiliou a continuidade da expansão da indústria, porém tal manutenção da taxa de câmbio ia contra os interesses

dos exportadores agrícolas e de algumas outras indústrias que se beneficiariam das dificuldades de exportação de emergentes com a Segunda Guerra Mundial. Pode-se concluir que para a indústria seria interessante que o câmbio apresentasse uma super valorização para cobrir a carência de bens de consumo existente no mercado brasileiro.

Pode-se ressaltar que as medidas de substituição de importações com foco industrial continuavam a estimular as indústrias substitutivas no país, sendo entre 1947 a 1952, o período caracterizado pela implementação das indústrias de bens duráveis no país, como as de eletrodomésticos, por exemplo. A substituição das importações pela produção interna possibilitaria a manutenção do nível produtivo no país e do montante das reservas. Sendo assim, buscou-se novamente a fomentação da indústria nacional como meio de defesa à crise econômica, uma vez que a ideologia liberal norte-americana não estava compatível às particularidades da economia brasileira, conforme retratado por Abreu:

“Na verdade, entretanto, o relaxamento das restrições à saída de divisas do Brasil, derivado do compromisso com a ideologia liberal e com o projeto norte-americano de uma economia mundial aberta, não levava em conta a existência de fatores que dificultavam o afluxo e favoreciam um movimento de saída líquida de capitais.” (ABREU, 1990:117)

Para reforçar a continuidade do crescimento industrial brasileiro durante a segunda metade da década de 40, Buescu afirma que o período do pós-guerra foi de fato, o momento em que a indústria brasileira apresentou seus melhores indicadores no comércio exterior. De acordo com o autor, as exportações tiveram aumento de 151,2% nos seis anos subsequentes à guerra em relação ao mesmo período durante a batalha, e o índice médio de relação de trocas melhorou 55,5% em relação ao mesmo período. Além disso, as importações expandiram-se em 232,2% e as importações de bens de capital cresceram 426,4% (1946/1951 em relação à 1939/1945). (BUESCU, 1976:151)

Na realidade, os efeitos da política econômica não foram os esperados pelo governo, podendo-se destacar três destes. O primeiro, foram os preços falsamente baixos de bens de capital, matérias-primas e combustíveis importados; o segundo foi o efeito protecionista, ocasionado pelas restrições às importações de produtos competitivos; o terceiro, resultou dos dois primeiros, que fora o estímulo da produção para o mercado local. No entanto, a inflação permanecia em alta e as reservas brasileiras

escassas, sendo o avanço industrial um efeito indireto dos controles cambiais e de importação.

Em suma, Abreu trata os efeitos da política econômica do governo Dutra conforme descrito abaixo, referenciando ainda, a origem agrícola da economia brasileira:

“...o fim do Governo Dutra foi marcado internamente pelo crescimento da inflação e o recorrente desequilíbrio financeiro no setor público, contudo externamente, as perspectivas se tornavam mais favoráveis a vocação agrária do país, uma vez que ocorria a elevação dos preços do café e mudança na postura norte-americana quanto ao financiamento de programas de desenvolvimento do Brasil.”
(ABREU, 1990:122)

Apesar disso, a grande marca do Governo Dutra, foi o gasto quase total das reservas adquiridas com o crescimento econômico durante a guerra, através de políticas liberais frustradas. Ficou evidenciado que a melhor administração das reservas obtidas durante a Segunda Guerra Mundial, atrelada às políticas fiscal e cambial adequadas, poderia acelerar ainda mais o crescimento industrial brasileiro. Entretanto, ainda assim é importante ressaltar que o processo de continuidade do desenvolvimento econômico do Brasil, em paralelo com o crescimento industrial ocorrido durante o Governo Dutra foi fundamental para o progresso que estaria por vir nos anos subseqüentes a esse período.

CONCLUSÃO

Primeiramente, deve ser considerado o contexto histórico no qual se deu a industrialização brasileira durante todo o período retratado nesse presente trabalho. De fato, em coro com a América Latina, a industrialização tardia do Brasil teve o seu primeiro momento com a Grande Depressão de 1929, em decorrência da quebra da bolsa de NY. Contudo, seu principal fomento veio com a Segunda Guerra, onde se intensificou a entrada de capital estrangeiro, principalmente o norte-americano, em troca de apoio político e bélico.

Nesta conjuntura, houve a confluência de dois fenômenos descritos pelas duas principais teorias da industrialização no Brasil. A partir dele, conclui-se que a industrialização no Brasil em um primeiro momento foi influenciada por fatores externos (quebra da bolsa de valores de NY, Grande Depressão, Segunda Guerra Mundial), indo de encontro à teoria dos “choques adversos”, amplamente defendida por Furtado. Em um segundo momento, com a queda do preço do café e com o fomento industrial, o Brasil encontrou espaço em um cenário econômico totalmente modificado com a guerra, já que os principais produtores mundiais eram seus protagonistas e deixaram a produção industrial em segundo plano; observamos uma forte tendência à teoria da “substituição de importações”.

O governo Vargas soube como se beneficiar do novo panorama mundial criado durante o período de guerra. Ao declarar-se aliado dos EUA, garantiu em troca, o investimento norte-americano no país e um grande acúmulo de divisas oriundas do aumento considerável do comércio exterior brasileiro. Podemos ressaltar que o grande marco deste investimento fora a instalação da Siderúrgica de Volta Redonda, considerada por Buescu como o fato principal do “arranco” industrial brasileiro.

Com o final da guerra, o fato marcante a considerar foi a deposição de Getúlio Vargas do governo, devido a conflitos com a corrente democrata do país. Ao assumir o governo, Dutra contava que a aplicação do ideal liberal na política econômica garantiria o apoio dos EUA no aumento de investimentos para o país, além da maior entrada de capital estrangeiro, não sendo deliberada qualquer imposição para as importações. Baseado no livre comércio pregado pelos EUA, sem considerar as particularidades do Brasil e sem avaliar com precisão a reserva de divisas herdadas do Governo Vargas, o

Brasil entrou em uma fase de escassez de divisas e inflação, pressionando o governo a tomar medidas que intervissem na economia e no afluxo de capital estrangeiro.

O Governo Dutra teve inúmeras políticas econômicas frustradas, como o Plano SALTE, uma vez que não havia por parte deste governo planejamento real de gastos e investimentos, sempre contando com o ilusório financiamento estrangeiro. Contudo, as estratégias iniciadas durante o Governo Vargas, que visavam à entrada de capital estrangeiro no país, não atingiram com êxito seu objetivo, entretanto propiciaram a continuidade do crescimento industrial no país.

Este governo teve como principal marca o aumento da inflação pela sobrevalorização do capital e pela perda de poder aquisitivo do assalariado, uma vez que o salário mínimo não acompanhava o índice inflacionário do país. Ruindo todas as divisas acumuladas em tempo de guerra e aumentando o déficit da dívida externa, manteve-se uma falsa percepção de preços reduzidos de importados, o que estrangulou o país em um alto índice de inflação.

Dessa forma, entende-se que um melhor direcionamento para utilização das reservas de divisas adquiridas durante a Segunda Guerra Mundial poderia acelerar ainda mais o desenvolvimento industrial no Brasil durante os anos do governo Dutra. Nesse período, a adoção de uma política de restrição de importações atrelada ao investimento em infra-estrutura e gestão da economia interna (controle da inflação, por exemplo) poderia originar um cenário mais propício ao desenvolvimento industrial do Brasil, que já era considerado tardio.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ABREU, M. de Paiva (org) **A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana**. São Paulo: Editora Campus, 1990.
- BUESCU, Mircea – **História do Desenvolvimento Econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: APEC, 2ª. Edição, 1976.
- DEAN, W. **A industrialização de São Paulo**. São Paulo: Editora Difel, 2ª Edição, 1976.
- FURTADO, Celso – **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 9ª. Edição, 1969.
- IANNI, Otávio – **Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930 – 1970)**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 2ª Edição, 1977.
- MENDONÇA, S.R. **Estado e Economia no Brasil: Opções de Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1986.
- MOURA, Gerson – **Autonomia na Dependência: A política Externa Brasileira de 1935 a 1942**. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1ª. Edição, 1980.
- OLIVEIRA, Francisco de – **Crítica à Razão Dualista**. Rio de Janeiro, Boitempo Editorial, 1ª. Edição, 1972.
- PEREIRA, L. C. Bresser. **Estado e Subdesenvolvimento Industrializado**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.
- SUZIGAN, Wilson. **Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- TAVARES, M. C. Da. **Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1973.
- VILLELA, Anibal; SUZIGAN, Wilson. **Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973.